

O caráter interseccional do desalento e seus efeitos de sentido no discurso do empreendedorismo

The intersectional character of discouragement and its effects of meaning in the discourse of the entrepreneurship.

Josineide Soares da Silva¹
Universidade Federal de Alagoas

Sóstenes Ericson²
Universidade Federal de Alagoas

Resumo

Na perspectiva da Análise materialista do Discurso, tratamos do caráter interseccional do desalento, tendo por pressuposto o direito ao trabalho na sociedade contemporânea. Considerando que o capitalismo radicaliza a constituição racial, sexual e técnica do trabalho, voltamos o nosso interesse ao fenômeno do desalento, considerado enquanto expressão do antagonismo capital-trabalho, caracterizando a condição de trabalhadores/as que *desistiram* de procurar emprego. Nesta reflexão teórica, temos por objetivo contribuir com os estudos que versam sobre o processo de precarização do trabalho, com especial atenção ao desalento, em seus efeitos de sentido. No Brasil, temos observado a intensificação das condições sócio-históricas de negação do direito ao trabalho, com maior efeito sobre as mulheres e a população negra. Nesse sentido, o empreendedorismo surge como uma promessa ao trabalhador e a trabalhadora desalentado/a, que é levado/a a acreditar que o almejado sucesso profissional depende apenas de seu esforço individual, ignorando as condições estruturais que determinam as suas possibilidades de trabalhar. Desse modo, o caráter interseccional do desalento produz efeitos de sentido no discurso do empreendedorismo, dissimulando a precarização do trabalho sob o domínio neoliberal.

Palavras-chave: Desalento. Gênero. Discurso. Empreendedorismo

Abstract

From the perspective of materialist Analysis of Discourse, we deal with the intersectional character of discouragement, assuming the right to work in contemporary society. Considering that capitalism radicalizes the racial, sexual, and technical constitution of work, we turn our interest to the phenomenon of discouragement, considered as an expression of

¹ Mestre em Educação para a Saúde (ESSV/UFAL). Professora Assistente da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura (PPGLL)/UFAL. Membro do Grupo de Estudos em Análise do Discurso (GrAD)/CNPq. ORCID: 0000-0002-5023-6877

² Doutor em Linguística pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Professor Adjunto da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura (PPGLL)/UFAL. Pesquisador/Líder do Grupo de Estudos em Análise do Discurso (GrAD)/CNPq. ORCID: 0000-0003-0905-1376

capital-labor antagonism, characterizing the condition of workers who have given up looking for a job. In this theoretical reflection, we aim to contribute to studies that deal with the process of precarious work, with special attention to discouragement, in its meaning effects. In Brazil, we have observed the intensification of socio-historical conditions of denial of the right to work, with a greater effect on women and the black population. In this sense, entrepreneurship appears as a promise to discouraged workers, who are led to believe that the desired professional success depends only on their individual effort, ignoring the structural conditions that determine their possibilities to work. In this way, the discourse of entrepreneurship highlights the intersectional character of discouragement, producing meaningful effects that disguise the precariousness of work under neoliberal rule. In this way, the intersectional character of discouragement produces meaningful effects in the discourse of entrepreneurship, disguising the precariousness of work under neoliberal rule.

Keywords: Discouragement. Gender. Discourse. Entrepreneurship

Introdução

Numa perspectiva discursiva, Amaral (2019, p. 130) considera que a palavra *trabalho* comparece em produções teóricas ora como conceito, ora como categoria, não sendo observadas “distinções de cunho epistemológico entre essas ocorrências, em virtude da complexidade teórica, filosófica e política que a configura, [e] medeia a relação indissociável que se estabelece entre conceito e categoria”. A autora, então, considera que os discursos encerram na sua complexidade a capacidade de mediar a relação do pensamento com o real.

Do ponto de vista linguístico, a palavra é uma imagem acústica (significante) e também um conceito (significado) (Amaral, 2019, p. 133). Assim, o valor da palavra depende da associação da imagem acústica ou significante com o conceito significado, unindo uma palavra a outra, construindo assim uma cadeia sintática estruturada para o funcionamento da língua³. Todavia, na perspectiva do discurso, a associação ou distinção entre conceito e categoria tem a necessidade de organizar saberes da ordem linguística e do discursivo, possibilitando identificar os elementos que permitem o deslocamento da palavra de uma unidade linguística para um processo discursivo.

Por esta via, voltamos o nosso interesse aos efeitos de sentido produzidos no/pelo discurso do desalento na sociedade contemporânea, tendo em conta os estudos

³ Para Saussure, o significante é a parte material, perceptível, da palavra ou do signo linguístico. Ele corresponde à “imagem acústica” da palavra, ou seja, como a pronunciamos ou a escrevemos. Por sua vez, o significado é o conceito associado ao significante. É a representação mental que temos quando encontramos uma palavra. Juntos, o significante e o significado formam o signo linguístico. Saussure enfatizou que “essa relação entre forma sonora (significante) e conceito (significado) é arbitrária, ou seja, não há uma conexão natural entre eles” (Saussure, 2006, p. 79).

desenvolvidos por Ericson (2019), quando tratou o desalento, enquanto efeito de sentido da ofensiva neoliberal sobre o trabalho. A referida análise demonstrou que o deslocamento do desalento para a esfera do debate político silencia que sua gênese está “voltada para a esfera econômica e pelo funcionamento ideológico é possível apontar alguns elementos que sustentam a sua filiação com o ideário neoliberal” (Ericson, 2019, p. 54).

Considerando os processos de subjetivação que se materializam em dizeres sobre mulheres designadas como desalentadas, Ericson (2020) demonstrou que a “designação ‘desalentadas’ é constitutiva no discurso *sobre*⁴, comparecendo como efeito de conclusão, sendo a subjetivação constitutiva enquanto contraidentificação na formação discursiva do desemprego” (Ericson, 2020, p. 716). Nas análises apresentadas pelo referido autor, a designação “desalentadas” não comparece no dizer *das* mulheres entrevistadas, sendo então formulada por um enunciador de relevância, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a imprensa, que trazem dados de pesquisas e recortes de entrevistas com mulheres que “desistiram de procurar emprego” e, a partir daí, tais enunciadores passam a “falar sobre”, designando-as como “desalentadas”.

Em estudo posterior, Ericson (2021) tratou dos processos de subjetivação de homens em desalento, apontando que “face à suposta homogeneidade na categorização das pessoas desempregadas, outros sentidos são produzidos a partir das condições que marcam no discurso, enquanto práxis social, suas distinções e particularidades” (Ericson, 2021, p. 466).

Cabe lembrar que Amaral (2007, p. 47) já havia apresentado algumas formas de designação dos/as trabalhadores/as em empresas da sociedade moderna, “designados como *servidores*, porque servem a outro; como *funcionários*, porque funcionam em um sistema de normas e regras; como *operários*, porque operam, produzem mais-valia; como *empregados*, porque empregam sua força de trabalho”. Em estudo posterior, a referida autora identificou que “o *discurso trabalho* tem entre as características que o constituem a de silenciar o sentido de ‘exploração’ suscitado na relação capitalista” (Amaral, 2019, p. 155).

Com base nesses pressupostos, torna-se relevante realçar o caráter interseccional do desalento, estabelecendo relação entre os postulados da teoria materialista do discurso, desenvolvida a partir de Michel Pêcheux (2009), e os estudos de Akotirene (2019), na perspectiva da interseccionalidade, tendo em conta o direito ao trabalho na sociedade contemporânea (Amaral, 2005) e que o sentido de uma palavra/expressão é produzido em determinadas condições históricas de produção.

⁴ De acordo com Orlandi (1990, p. 37), “é no ‘discurso sobre’ que se trabalha o conceito de polifonia. Ou seja, o ‘discurso sobre’ é um lugar importante para organizar diferentes vozes dos discursos de (...)”. Desse modo, a utilização do discurso *sobre* confere relevância a quem o enuncia, tendo em conta também que não é de qualquer lugar que se pode enunciar *sobre*. Nesse sentido, o discurso *sobre* “organiza, disciplina a memória e a reduz” (idem, *ibidem*).

Akotirene (2019) entende a interseccionalidade como “sistema de opressão interligado” (Akotirene, 2019, p. 5), que circunda a vida de mulheres negras no encontro de avenidas identitárias. Nessa perspectiva, a interseccionalidade diz respeito “a identidade de qual participa o racismo interpretado por outras estruturas” (Akotirene, 2019 p. 48). Sendo assim, “utilizar a interseccionalidade como prisma, é analisar de forma imbricada às opressões estruturais, de modo que elas não são tomadas, já que são indissociáveis” (Oliveira, 2020, p. 306).

Temos por objetivo contribuir com os estudos que versam sobre o processo de precarização do trabalho, com especial atenção ao desalento, em seus efeitos de sentido no discurso do empreendedorismo. Para tanto, discorreremos sobre como o neoliberalismo se constitui enquanto discurso produzido pela ofensiva neoliberal sobre o trabalho, levando em conta as intersecções de gênero, raça, classe social, região geográfica e geração. Também analisamos como, em sua interface com o neoliberalismo, o discurso do empreendedorismo produz efeitos de sentido sobre o desalento, o que possibilita compreender sua complexidade e heterogeneidade como fenômeno contemporâneo.

Do trabalho ao desalento: imbricações do neoliberalismo em discurso

Na vida diária, o trabalho como conceito (Amaral, 2019) é formado em relação ao contexto sócio-histórico, significando emprego de força física e mental, como também, pode referir a uma ocupação, ou explícita a maneira, no manejo dos instrumentos de trabalho. O trabalho pode configurar uma ação efetiva da força física, como pode ter sentido metafórico para referir um estado do ser. Para Marx (1983, p. 221), como trabalho em geral, o trabalho parece ser uma categoria muito simples e “é também das mais antigas. No entanto, concebido do ponto de vista econômico nesta forma simples, o ‘trabalho’ é uma categoria tão moderna como as relações que esta abstração simples engendra”.

Considerando a materialidade histórica como a mercadoria desempenha seu papel no processo de trabalho, Marx (1988, p. 97) explica que as “mercadorias são parte do processo de trabalho, antes de tudo, são de diferentes qualidades: como valores de troca, elas podem ser de quantidade diferente, sem conter, portanto, nenhum átomo de valor de uso o que infere a sua importância no processo de trabalho”. Assim, “a utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso. Mas essa utilidade não flutua no ar. Condiçionadas pelas propriedades do corpo da mercadoria [*Warenkörper*], ela não existe sem esse corpo” (Marx, 1988, p. 97). Por isso, “o próprio corpo da mercadoria é um valor de uso ou um bem, daí a importância de entender como a mercadoria se transforma em valor no processo de trabalho” (Marx, 1988, p. 97).

Conforme o referido autor, dentre outras circunstâncias, a força produtiva de trabalho é determinada “pelo grau de destreza dos trabalhadores, o grau de envolvimento da ciência e de sua aplicabilidade tecnológica, a organização social do processo de

produção, o volume e a eficácia dos meios de produção e as condições naturais” (Marx, 1988, p. 100).

Por sua vez, a partir da segunda metade do século XX, as condições de aprofundamento da crise estrutural do sistema do capital demonstraram que os problemas do Estado se tornaram, inevitavelmente, cada vez maiores, posto que “na forma há muito estabelecida do processo de tomada de decisão política global, o Estado deveria proporcionar a solução para os vários problemas que obscurecem nosso horizonte, mas não consegue fazê-lo” (Mészáros, 2008, p. 14).

Nessa conjuntura histórica, em 1953, o economista Clarence D. Long identificou o desalento. Para Gonzaga & Cortéis Reis (2011, p. 127), tal designação foi cunhada em “um momento de recessão, quando o salário esperado e a probabilidade de conseguir uma vaga eram mais baixos, trabalhadores desempregados optavam por deixar de procurar emprego, o que provoca uma queda na taxa de participação na força de trabalho”. Desde então, o referido termo tem sido utilizado por órgãos oficiais e mercados financeiros, designando os sujeitos “desalentados” e seus números, geralmente, são alocados na obscuridade das informações a respeito de desemprego, subemprego e desocupados. No momento recente,

o desalento nos permite considerar não só a sua complexidade, enquanto fenômeno contemporâneo do mercado de trabalho no Brasil, como também o seu caráter heterogêneo. Desse modo, observa-se uma imbricação interseccional de gênero, classe social, região e geração (Ericson, 2019, p. 55).

Conforme o referido autor, para estes/as, “a busca por trabalho consistiria um gesto último de resistência dos sujeitos face ao rebaixamento do salário esperado e da probabilidade de conseguir uma vaga no mercado e, ao mesmo tempo, um momento que antecede o seu desalento” (Ericson, 2019, p. 55).

Desse modo, consideramos que o desalento comparece no debate sociológico contemporâneo como expressão da negação do direito ao trabalho, encerrando uma tentativa de homogeneizar, pela via do discurso, o caráter heterogêneo que o constitui, pelo efeito da *formação ideológica do capital* (Amaral, 2005). Cabe apontar que na perspectiva do materialismo histórico, a ideologia é uma forma específica de respostas às necessidades e às situações conflituosas postas pelo desenvolvimento da sociabilidade (Amaral, 2019). Assim, conforme a referida autora, a ideologia é compreendida enquanto “um conjunto de ideias e valores acerca do mundo e da vida, voltado à configuração de uma lógica que direcione os atos humanos, que respondam às suas necessidades dirimindo os conflitos gerados no processo de sociabilidade” (Amaral, 2019, p. 148).

Em uma abordagem quantitativa oficializada em documentos governamentais, observamos que, ao “falar sobre”, o IBGE aponta que o número de desalentados/as passou de 3,6 milhões no quatro trimestre de 2022 (menor número desde o início da série

naquele ano), para 3,5 milhões no primeiro trimestre de 2023. Nesse sentido, ao demonstrar que o desalento apresentou queda no início do ano de 2023, o IBGE trata esse declínio como consequência da retomada de Programas de Políticas Públicas e da abertura de novas vagas de emprego no atual governo, pondo em funcionamento os efeitos da relação indissociável entre as esferas econômica e política.

Ainda de acordo com o referido Instituto, enquanto mulheres da periferia estão passando por um momento de intensa produtividade, acarretando um aumento do seu papel como provedora de família, no “exército industrial de reserva”⁵, milhares estão engrossando as fileiras do desalento (IBGE, 2023). Cabe lembrar que a taxa de desalentados/as na faixa etária até 24 anos (na população economicamente ativa) permaneceu estável no período de 2018 a 2022, o que representou, de acordo com o IBGE, um grande problema para a economia, chegando a quase 4% da população se encontrando nesse grupo, totalizando 8 milhões de pessoas (IBGE, 2022).

Todavia, para além do caráter numérico das cifras apresentadas, interessa alcançar os aspectos de classe social, gênero e raça, dada a necessidade de uma abordagem que tenha por pressuposto o enfrentamento à inseparabilidade estrutural do racismo, do capitalismo e do cisheteropatriarcado (Akotirene, 2019). Nesse sentido, “as mulheres, no capital, não têm existência enquanto sexo social, mas fazem parte, com outras categorias, do exército industrial de reserva, tendo suas atividades de trabalho expulsas para a periferia do mundo capitalista patriarcal” (Hirata, 2018, p. 15).

Por esta razão, é preciso considerar que a crise estrutural do capitalismo é um fenômeno que ocorre quando o sistema capitalista atinge seus limites internos e não pode mais se expandir (Mészáros, 2011), o que requisita, por exemplo, a apresentação do empreendedorismo como uma solução neoliberal em resposta a essa crise, enquanto trata-se de mais uma forma de gerenciá-lo.

No contexto brasileiro, a falta de empregos formais, a crise política e a austeridade fiscal, bem como a recessão política nos últimos anos, têm feito as mulheres se manterem no mercado de trabalho e aumentado a sua participação (Hirata, 2018, p. 17), ainda que em condições precárias de trabalho. Face a tal condição e diante do (ou em resposta pontual ao) desalento, o empreendedorismo surge como um viés através dos/as microempreendedores/as individuais (MEI's), enquanto mais uma forma de geração de renda, com forte apelo à participação de mulheres, negras e periféricas, conforme demonstrado no estudo “Sebrae Delas” (Sebrae, 2022).

No âmbito do referido estudo, o presidente do Sebrae, Carlos Melles, afirmou: “[...] as mulheres conseguiram se recuperar da perda registrada no período da pandemia, quando a proporção de mulheres donas de negócios caiu ao pior nível (33,4%, no 2º trimestre de

⁵ Conceito desenvolvido por Marx (2010), para designar a força de trabalho excedente às necessidades da produção, nas economias capitalistas.

2020)” (Sebrae, p. 01). Nos setores da economia, o setor de serviços é aquele que possui a maior participação feminina, (53%) e as empreendedoras apresentam ampla vantagem diante da presença masculina (36%). Já no tocante aos demais setores, “[...] a mesma liderança se dá, em menor proporção, no Comércio (27% contra 20% de presença masculina) e na Indústria (13% de mulheres contra 6% dos homens)” (idem, ibidem). Mas cabe considerar que o crescimento na área econômica, com abertura de novas vagas de emprego e aumento nas taxas de atividades femininas, também aponta a tenacidade das desigualdades de classe social, gênero e raça, enquanto interdependentes e indissociáveis (Akotirene, 2019), aqui apreendidas pela mediação do discurso. Consideramos que

a fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável separa uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor (Pollak, 1989, p. 8).

Desse modo, pelo efeito da ideologia dominante, as designações utilizadas pelo Estado silenciam/apagam as causas e os efeitos do desalento, uma vez que a ideologia neoliberal e o discurso neoliberal apoiam-se, principalmente, “no conceito de rentabilidade a curto prazo e no quadro matemático e econômico geral para produzir a tópica da eficácia, ‘eficácia’ da qual ela se dá, uma definição estreita e abstrata, identificando-a tacitamente a rentabilidade financeira” (Guilbert, 2020, p. 30). Existe uma visão empreendedora que permeia o conjunto das atividades humanas e “tende a subornar toda coisa a suas dimensões estritamente econômicas” (Guilbert, p. 21-22), como se o valor de cada ação ou objeto fosse medido apenas em termos monetários. Assim, em tempos de desalento expressivo no Brasil, o empreendedorismo surge trazendo uma proposta de autonomia face à dura realidade da exploração e o crescente endividamento de trabalhadores/as.

O discurso do empreendedorismo e seus efeitos de sentido no desalento

De acordo com Gonzaga & Corteis Reis (2011, p. 129), “os efeitos do trabalhador adicional e o desalento são duas consequências da teoria tradicional de oferta de trabalho em um ambiente familiar”. Conforme os referidos autores, “a renda familiar é a soma dos salários tanto do homem quanto da mulher, havendo uma redução no salário de reserva da mulher casada quando seu marido perde o emprego” (idem, ibidem), já o efeito do desalento atua, precisamente, na direção oposta.

Tais autores consideram que em tempos de recessão, muitos/as trabalhadores/as que perdem seus empregos ou participam apenas ocasionalmente do mercado de trabalho *optam* por sair da força de trabalho. Eles/as fazem isso quando consideram “que o valor esperado de se conseguir um emprego não compensa os custos de buscar por emprego, [assim] percebe-se que se apenas o efeito desalento existisse, a taxa de participação dos

trabalhadores teria um caráter recorrente, subindo em período de expansão e caindo em épocas de recessão” (Gonzaga & Corteis Reis, 2011, p. 130).

Entretanto, na perspectiva do discurso, “apesar da suposta homogeneidade na categorização das pessoas desempregadas, outros sentidos são produzidos a partir das condições que marcam suas distinções e particularidades na língua” (Ericson, 2019, p. 47). É nesse espaço que alguns dizeres vão sendo constituídos ou retomados, tendo por ancoragem a subutilização da força de trabalho, ou o que dela escapa. Esses dizeres podem ser considerados também como uma forma de resistência à marginalização e à exclusão social, tendo em conta o processo de precarização do trabalho.

No Brasil, o discurso do empreendedorismo atravessa a crise econômica, política e social e recentemente também a crise sanitária da pandemia de Covid-19 (2020-2023), intensificando-se no bojo da agenda neoliberal, que implementou uma série de medidas de austeridade, ampliando o desemprego e a redução dos direitos. Nesse sentido, a nova ordem econômica, traduzida por um mundo globalizado com constantes alterações no ambiente externo e com características como a precarização e a flexibilidade do mundo do trabalho, favorece a inserção de pessoas em outras atividades produtivas por causa da não absorção da força de trabalho (Natividade, 2009, p. 232). Tal condição tem levado muitos/as trabalhadores/as a buscarem empréstimos em financeiras, com o objetivo de abrirem o seu próprio negócio, acarretando, momentaneamente, um efeito de sentido distinto do desalento, sob a crença na autonomia financeira individual. Todavia, não raro, essa “saída” via empréstimo bancário provoca altas taxas de endividamento com a decorrente perda da credibilidade financeira por inadimplência.

No ano de 2020, “a informalidade no mercado de trabalho teve um aumento crescente em todas as grandes regiões, apesar de representarem número relativamente pequeno sobre o total de admissões, esse crescimento apresentado em apenas um ano é digno de atenção e monitoramento” (IBGE, 2020, p. 01). Desse modo, o tempo infundável para se conseguir emprego auxilia a explicação do desalento, em um contexto no qual ter carteira assinada tem se tornado um privilégio, motivo de muitas pessoas desistirem de procurar emprego porque, de antemão, consideram que não encontraram esse tipo de vínculo.

De acordo com o IBGE (2023), nos últimos dois anos, os dados apontaram para uma tendência de queda do desemprego, caindo de 7,8% em 2023, face à média de 2022 (9,6%). No confronto com 2019 (11,8%), o recuo foi de 4 p.p. Quando comparado ao ano de 2012, quando a taxa média foi de 7,4%, o aumento no terceiro trimestre de 2023 foi de 0,4 p.p. de brasileiros/as desempregados/as (IBGE, 2023, p. 01). Entretanto, embora essa taxa de desemprego tenha diminuído, a qualidade do emprego no país piorou. O número de trabalhadores/as sem carteira assinada atingiu um recorde de 12,9 milhões, o que representa um aumento de 14,9% em relação ao ano de 2021. Isso significa que grande parte desses/as trabalhadores/as não tem direitos trabalhistas, como 13º salário, Fundo de

garantia por tempo de serviço (FGTS) e seguro-desemprego, já que não tem vínculo formal com o contratante (IBGE, 2023, p. 01).

Ainda de acordo com o IBGE, entre fevereiro e abril de 2023, 3,7 milhões de brasileiros/as se encontravam no grupo do desalento. No mesmo trimestre de 2022, esse número era maior, com 4,4 milhões de trabalhadores/as. No primeiro trimestre de 2021, no auge do período pandêmico, os/as desalentados/as somavam quase 6 milhões. Na pesquisa “Quem são os desalentados no Brasil”, Peruchetti e Rachter (2019) trataram do perfil das pessoas desalentadas, mostrando que as principais afetadas pelo desalento no Brasil são mulheres jovens, negras ou pardas, nordestinas e com baixa escolaridade, parcela esta da população que mais triplicou em 5 anos e chegou a 5 milhões de pessoas, alcançando quase 5% da população economicamente ativa. A referida pesquisa informou ainda que a razão para que essas pessoas desistissem de procurar emprego foi o fato de não haver trabalho na região, o que muitas vezes está associado à baixa atividade econômica local.

Assim, por um lado, muitos/as trabalhadores/as não *querem* se submeter a atividades formais que pouco remuneram, podendo levar à *desistência* de procurar trabalho, associada à resistência em entrar e permanecer no mercado informal. Por outro lado, a influência da ideologia dominante compromete a consciência de classe de trabalhadores/as desalentados/as, quando contribui para a sua filiação ao discurso empreendedor, incorporando o ideário de ser o/a próprio/a patrão/patroia, enquanto encobre uma realidade perversa de opressão/exploração interseccional do capital sobre o trabalho.

Como resposta a esta ofensiva, em se tratando dos movimentos de mulheres negras, numa perspectiva discursiva, Cestari (2014, n.p.) destaca a participação das mulheres negras brasileiras na Plenária do III Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, quando “de invisíveis ou invisibilizadas, ocupando o espaço para o qual se dirigem os olhares, para ‘se enxergar a diferença’, passam a uma posição de visibilidade diante de outras mulheres e de um público mais amplo com elementos próprios do seu modo de existir e de fazer política”. Por sua vez, França (2017, p. 89) questiona, oportunamente, “[...] a possibilidade de que a análise do discurso materialista se abra, dentre outros, para contribuições dos estudos de *queer*, da elaboração epistemológica interseccionais do *Black Feminism* no contexto pós-colonial brasileiro”.

No tocante a esta análise, consideramos que, sobretudo para as mulheres negras, a falta de recursos e políticas públicas como vagas em creches e em escolas para os filhos contribui para que elas acabem *desistindo* de procurar trabalho, ficando presas às atividades domésticas, por não terem quem assuma essas funções (Peruchetti e Rachter, 2019). Nesse contexto, o empreendedorismo surge trazendo uma proposta de autonomia financeira passível de “conciliação” com as atividades domésticas, face à dura realidade dos/as trabalhadores/as.

Segundo o relatório *Doing Business*, que tinha por objetivo avaliar a facilidade para realizar um negócio em um país, o Brasil ocupava, em 2019, a 124ª posição no *ranking* de 190 países (Banco Mundial, 2021)⁶. Ainda de acordo com o referido relatório,

[o] Brasil ocupou a 5ª posição no ranking mundial de empreendedorismo realizado pelo Global Entrepreneurship Monitor em 2021. A taxa de empreendedores em Estágio Inicial (TEA) brasileira foi de 30,04, o que significa que de cada 100 brasileiros 30 realizavam alguma atividade empreendedora até o momento da pesquisa (Banco Mundial, 2021, p. 01).

Por sua vez, a inadimplência e o endividamento surgem na correlação com a compressão do mercado consumidor, pois quanto maior o grau de endividamento, maior a propensão a se chegar a um pedido de falência da pessoa física (Silva et al., 2012). Desse modo, o empreendedorismo leva as pessoas a (re)buscar/criar formas de obter recursos financeiros para a sua sustentação e sobrevivência, bem como de suas famílias. Isso reforça o ideário de que o Brasil é um país de alta capacidade empreendedora, conforme observamos na lista dos cinco países que demonstraram maior nível de empreendedorismo total: Brasil (30,4%), Chile (35,9%), Guatemala (39,8%), Sudão (41,5%) e República Dominicana (45,2%). Esse propagado espírito empreendedor do/a brasileiro/a tem demonstrado que os investimentos na economia informal têm crescido nos últimos tempos, fazendo, no entanto, com que as pessoas se endividem cada vez mais, a exemplo dos empréstimos de microcréditos em instituições financeiras (ANS, 2021, p. 01).

De acordo com Souza (2017, p. 223), “a inserção de mulheres profissionais nas mais diversas áreas do mercado de trabalho tem provocado mudanças que se estendem da esfera pessoal e profissional à própria sociedade”. Nesse contexto, o empreendedorismo feminino não comparece apenas como uma alternativa para complementar à renda familiar, mas se apresenta também como um movimento econômico significativo, que supostamente coloca as mulheres como protagonistas na idealização, no planejamento e na execução de atividades empresariais.

Estudo de Jonathan e Da Silva (2007, p. 77), realizado através de entrevistas feitas com donas dos próprios negócios, revelou “a existência de três categorias de situações conflituosas: conflito no espaço de trabalho; conflito entre demandas familiares e profissionais; conflito entre demandas do trabalho e pessoais”. De acordo com o referido estudo, para as demandas conflitantes, as empreendedoras recorrem principalmente à auto-organização do tempo, estabelecimento de parcerias e complexidade, e uso de dispositivos de alívio de tensão. Nesse sentido, os estudos sobre o empreendedorismo feminino indicam que as empreendedoras inovam no confronto desses impasses, o que implica em transformações nos contextos familiar, profissional e pessoal.

⁶ A divulgação desse *ranking* foi descontinuada internacionalmente pelo Banco Mundial em setembro de 2021.

Casaqui (2015) considera que a abordagem sobre a dinâmica empreendedora, como paradigma do espírito do capitalismo contemporâneo, é relativamente recente em termos históricos. Por sua vez, a visibilidade adquirida pelo empreendedorismo social é ainda mais recente. Apesar de se discutir a sua capacidade efetiva de influenciar decisivamente a economia dos países, e de assumir para si a responsabilidade de substituir o Estado do bem-estar social ou Estado-providência⁷, nesse momento histórico, há uma crescente retomada de discursos que projetam cenários de futuros capitaneados pelos/as empreendedores/as sociais.

Nesse sentido, a nova ordem econômica traduzida por um mundo globalizado, com constantes alterações no ambiente externo e com características como a precarização e a flexibilidade do trabalho, favorece a inserção de pessoas em outras atividades produtivas por causa da não absorção da sua força de trabalho (Natividade, 2009, p. 232). No início deste século, dados do IBGE (2004) já apontavam que as mulheres brasileiras faziam parte desse grupo que, apesar de alcançar o maior índice de grau de escolaridade, encontrava-se também na base da pirâmide social, no que diz respeito aos recursos financeiros destinados por sua atuação profissional, conforme apontado no relatório “O poder das mulheres: avaliação das disparidades globais de gênero”, do Fórum Econômico Mundial (FEM), publicado em 2003. Por sua vez, vinte anos depois, dados do IBGE (2022) apontaram que as mulheres dedicam 9,6 horas semanais a mais do que os homens no trabalho doméstico.

Nos últimos anos, o aumento da presença feminina na população economicamente ativa tem levado muitas mulheres ao trabalho por conta própria, recorrendo, geralmente, à informalidade. Levantamento realizado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) apontou, em 2022, que cerca de 10 milhões de mulheres empreendem no Brasil e a maioria começou a empreender por necessidade (SEBRAE, 2022). Nesse contexto, as mulheres recorrem a formas diversas de trabalho, colocando-se no papel de provedora da família.

Em se tratando dos mecanismos de financiamento bancário para as mulheres empreendedoras, cabe considerar que, no empreendedorismo, a omissão de informações contratuais importantes reduz ao implícito o que não é dito sobre o processo de financiamento, conforme observamos em *site* do Governo Federal (2022):

os microempreendedores individuais (MEI) e os micro e pequenos empreendedores interessados em obter empréstimos pelo Programa Nacional de Apoio as Microempresas e Empresa de Pequeno Porte (Pronampe), já podem procurar as instituições financeiras para fazer a avaliação do crédito (Ministério do Trabalho, 2022, p. 01).

⁷ Guardadas as distinções fundamentais quanto ao Estado do bem-estar social ou Estado-providência entre os países do capitalismo central e os do *tardio-capitalismo*, consideramos que “a ordem do capital esgotou completamente as suas potencialidades progressistas, constituindo-se, contemporaneamente, em vetor de travagem e reversão de todas as conquistas civilizatórias” (Netto, 2012, p. 216).

É importante notar que o enunciado não menciona as implicações de realizar um empréstimo nesses moldes, cabendo destacar que o referido *site* ainda traz uma matéria a respeito do empreendedorismo feminino, com o seguinte título “Mulheres do Capão Redondo (SP) recebem orientações sobre como investir no próprio negócio”. Assim, são apresentadas as estratégias financeiras capitaneadas pelo Estado burguês para que as mulheres, em situação de “vulnerabilidade social”, sejam cooptadas para a realização de empréstimos, induzindo-as ao endividamento, sob o argumento de “investir no próprio negócio”. Trata-se, no entanto, de um investimento realizado por instituições financeiras e apoiado pelo Estado neoliberal.

Por sua vez, a expressão “já podem procurar as instituições financeiras” produz um sentido de que não há empecilho para que as mulheres possam adquirir empréstimos, silenciando as condições objetivas de inclusão dessas trabalhadoras (desempregadas, subocupadas, desocupadas, desalentadas), bem como os requisitos prévios para que possam financiar o próprio negócio e adquirir as linhas de crédito disponíveis. Desse modo, há forte incentivo a uma procura por empréstimos individuais e, conseqüentemente, isso favorece o aumento no número de mulheres trabalhadoras endividadas.

Além disso, o enunciado “Mulheres [...] recebem orientações sobre como investir no próprio negócio” pode ser interpretado também como um modo de dizer que visa a alcançar novas aquisições de linhas de empréstimos, nas formas que beneficiem os detentores do capitalismo financeiro, o verdadeiro dono do negócio. Observamos, então, que ao questionarmos quem daria “orientações sobre como investir” às mulheres que passivamente precisariam recebê-las, abrimos possibilidade para situarmos os agentes das instituições credoras que, nessas relações, personificam a posição-sujeito do discurso do empreendedorismo, o mercado.

Assim, a um só tempo, “investir no próprio negócio” possibilita estabelecer um objetivo (investir), enquanto simula uma relação de autonomia da própria trabalhadora sob o ideário da empreendedora individual. É, então, para não dizer “endividar-se” que se diz “investir”, assim como “trabalhe de modo flexível e precário” assume *status* de “próprio negócio”, sem comprometer as demais atividades desenvolvidas pelas mulheres, a exemplo do trabalho doméstico não remunerado. Por sua vez, a homogeneidade do termo “Mulheres do Capão Redondo (SP)” contribui para significar as mulheres pela região periférica onde residem, enquanto silencia as distinções de raça, gênero, idade, escolaridade, entre outras categorias que contribuem para o entendimento do caráter heterogêneo que as constitui.

Desse modo, considerando “a relação entre palavra e silêncio, podemos dizer que há um ritmo no significar que supõe o movimento entre silêncio e o que é dito” (Orlandi, 2007, p. 25), tendo em conta que a política do silêncio “diz que como o sentido é sempre produzido de um lugar, a partir de uma posição de sujeito, ao dizer, ele estará, necessariamente não dizendo ‘outros’ sentidos” (Orlandi, 2007, p. 53). Ou seja, o silêncio

recorta o dizer. Essa é sua dimensão política. Ainda conforme a referida autora, “há pois, uma declinação política da significação que resulta no silenciamento como forma não de calar, mas de fazer dizer “uma” coisa, para deixar dizer outras” (Orlandi, 2007, p. 53-54).

Considerações finais

Neste trabalho, com base na noção de interseccionalidade, partimos do pressuposto de que as condições materiais da dominação de classe social se dão também pela dimensão de gênero e de raça, enquanto “apreensão cruzada ou imbricada nas relações de poder” (Hirata, 2018, p. 19-20). Entendemos que o desalento se inscreve no discurso político-governamental, no discurso econômico e no discurso neoliberal. Nesse sentido, é possível identificar uma relação constitutiva do desalento com o empreendedorismo, aqui apreendido como uma forma de alienação do/a trabalhador/a, sob a proposta do sucesso mediante o esforço individual, *ignorando* as condições objetivas da condição do trabalho.

Assim, o caráter interseccional do desalento produz efeitos de sentido no discurso do empreendedorismo, realçando a precarização do trabalho e as contradições da proposta neoliberal, amplificando todas as mazelas sociais decorrentes do desemprego estrutural e o papel do Estado burguês, aliado de primeira hora das instituições financeiras, responsáveis pelo incentivo ao endividamento das mulheres enquadradas nesse perfil. Desse modo, para além dos aspectos aqui apontados, esta reflexão põe a necessidade de repensar, numa perspectiva interseccional, as relações de trabalho, bem como a estrutura econômica e social que sustenta o modo de produção vigente.

Referências

AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. **Estatísticas de gênero: responsabilidade por afazeres afeta inserção das mulheres no mercado de trabalho.** Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/20232-estatisticas-de-genero-responsabilidade-por-afazeres-afeta-insercao-das-mulheres-no-mercado-de-trabalho>. Acesso em: 30 nov. 2023.

AGÊNCIA SEBRAE DE NOTÍCIAS (ASN). **Brasil figura entre as cinco economias mais empreendedoras do mundo.** Disponível em: <https://agenciasebrae.com.br/economia-e-politica/brasil-figura-entre-as-cinco-economias-mais-empreendedoras-do-mundo/>. Acesso em: 22 fev. 2024.

AKOTIRENE, C.; RIBEIRO, D. (Coord.) **Feminismos Plurais.** Interseccionalidade. São Paulo: Pólen, 2019.

ALVARENGA, D.; SILVEIRA, D. **Desemprego fica em 11,6% em dezembro e ainda atinge 12,2 milhões de brasileiros, diz IBGE**. Disponível em:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/01/31/desemprego-fica-em-116-em-dezembro-diz-ibge.ghtml>. Acesso em: 01 nov. 2022.

AMARAL, M. V. B. **Discurso e relações de trabalho**. 1. ed. Maceió: Edufal, 2005.

AMARAL, M. V. B. **O avesso do discurso**. Maceió: Edufal, 2007.

AMARAL, M. V. B. Trabalho: conceito, categoria e discurso. In.: AMARAL, M. V. B.; ERICSON, S. **Do discurso**: Maceió: Edufal, 2019.

BANCO MUNDIAL. **Divulgado Relatório Executivo sobre o ranking Doing Business**. Disponível em: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/noticias/2021/novembro/divulgado-relatorio-executivo-sobre-o-ranking-doing-business>. Acesso em: 22 fev. 2024.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome**. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/pt-br>. Acesso em: 30 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Economia. **Pronampe**: linhas de crédito já estão abertas. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2022/julho/pronampe-linhas-de-credito-ja-estao-abertas>. Acesso em: 30 nov. 2023.

CASAQUI, V. R. A construção do papel do empreendedor social: mundos possíveis, discurso e o espírito do capitalismo. **Galáxia**, São Paulo, p. 44-56, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/gal/a/9QM9YsRYSFSCXbJNwyJwsGg/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 23 nov. 2023.

CESTARI, M. J. Sentidos e memórias em luta: mulheres negras brasileiras. **Anais do III Encontro Feminista Latinoamericano e Caribenho (1985)**. Nuevo Mundo, Mundos Nuevos [...], 2014. Disponível em: <https://journals.openedition.org/nuevomundo/67403>. Acesso em: 05 set. 2024.

ERICSON, S. Desalento: efeito de sentido da ofensiva neoliberal sobre o trabalho. **Revista Entremeios**: Revista de Estudos do Discurso, v. 20, especial, dez. 2019, p.45-60.

ERICSON, S. “Desalentadas”: subjetivação em dizeres sobre as mulheres que desistiram de procurar trabalho. **Revista Katalysis**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 707-719, set./dez. 2020.

ERICSON, S. Processos de subjetivação de homens face ao desalento. In. Fernanda Galli et al. (Org.) **Práticas contemporâneas em análise do discurso**: gestos de (re)leituras. Recife: Ed. UFPE, 2021. p.454-469.

CONCEIÇÃO, J. S. **Pandemia aumenta em 170% o número de mulheres desalentadas na Região Metropolitana de Porto Alegre - ObservaSinus**. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/observasinos/metropole/protecao-social/pandemia-aumenta-em-170-o-numero-de-mulheres-desalentadas-na-regiao-metropolitana-de-porto-alegre>. Acesso em: 01 nov. 2022.

CUCOLO, E. **Negras, jovens e pessoas com pouco estudo são a cara do desalento no país - 22/09/2019 - Mercado - Folha**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/negras-jovens-e-pessoas-com-pouco-estudo-sao-a-cara-do-desalento-no-pais.shtml>. Acesso em: 30 nov. 2023.

DE OLIVEIRA, A. J. M. **Suplicando a “dispensa do defeito da cor”**: clero secular e estratégias de mobilidade social no Bispado do Rio de Janeiro – século XVIII. Disponível em: https://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212773302_ARQUIVO_Texto-AndersondeOliveira-Anpuh-RJ-2008.pdf. Acesso em: 16 jan. 2024.

FRANÇA, G. Por lentes de gênero e raça: análise de discurso sobre uma brasilianidade. *In*: Zoppi Fontana, Mônica G. / Ferrari, Ana Josefina (Org.). **Mulheres em Discurso: identificação de gênero e práticas de resistência**. Campinas/SP. Pontes, 2017. v-2 - p. 81-98.

GONZAGA, G.; CORTEZ REIS, M. Oferta de Trabalho e Ciclo Econômico: Os efeitos trabalhadores adicional e desalento no Brasil. **Rev. Bras. Econ. Rio de Janeiro**, n. 2, p. 127-148, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbe/a/tzyC7XGTML5wRvS84PRjdVg/?lang=pt>. Acesso em: 18 jul. 2018.

GRECO, S. M. S. S. et al Empreendedorismo no Brasil. Curitiba: **IBQP**, 2008. v. 160.

GUILBERT, T. **As evidências do discurso neoliberal na mídia**. Trad. Luciana Nogueira; Guilherme Adorno e Mônica Zoppi Fontana. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2020.

HIRATA, H. Gênero, Patriarcado, Trabalho e Classe. **Revista Trabalho Necessário**, v. 16, n. 29, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/4552>. Acesso em: 23 nov. 2023.

IBGE. **NP-Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/2044-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios>. Acesso em: 30 nov. 2023.

IBGE. **Taxa de desocupação das pessoas com 14 anos ou mais**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 30 nov. 2023.

JONATHAN, E. G.; TAISSA, M. R. Empreendedorismo feminino: tecendo a trama de demandas conflitantes. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, p. 77-84, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/LPJhbkH3T9yWLxYkhFxsMSf/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 21 out. 2023.

JORNAL NACIONAL (G1). **Taxa de desalento é a menor desde 2016**. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2023/06/20/taxa-de-desalento-e-a-menor-desde-2016.ghtml>. Acesso em: 30 nov. 2023.

KOREEDA, G. M., MORAES, L. F. S., LARUCCIA, M. M., & CUSCIANO, D. T. (ED.). A inadimplência na mira dos empreendedores. [s.l.] **Revista GV novos negócios**, 2018.

LONG, C. D. Impact of effective demand on the labor supply. **The American Economic Review**, 1953. p. 458- 467. Disponível em: www.jstor.org/stable/1831509. Acesso: 2 mar. 2022.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MARX, K. **O Capital** – crítica da Economia Política. (1867). 27. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. Vol. 1.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

NATIVIDADE, D. R. D. Empreendedorismo feminino no Brasil: políticas públicas sob análise. [s.l.] **Revista de Administração Pública**, 2009. v. 43, p. 231-256. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/4W3tx5pLKYYT'sTqtmcQD9BC/>. Acesso em: 23 nov. 2023.

NETTO, J. P. Capitalismo e barbárie contemporânea. **Argumentum**, Vitória (ES), v. 4, n.1, p. 202-222, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/2028>. Acesso em: 18 jul. 2023.

ORLANDI, E. **As Formas do silêncio: no movimento dos sentidos/Eni Puccinelli Orlandi**. 6. ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2007.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Terra à Vista: discurso do confronto - velho e novo mundo**. Campinas/SP: Pontes, 1990.

OLIVEIRA, J. C. Á. Interseccionalidade, de Carla Akotirene. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 6, n. 1, p. 303-309, 2020. Disponível em:

<https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/35299>. Acesso em: 20 out. 2023.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Trad. Bras. 4. ed. Campinas/SP: Pontes, 2009.

PERUCHETTI, P.; RACHTER, L. **Quem são os desalentados no Brasil?** Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/quem-sao-os-desalentados-no-brasil>. Acesso em: 30 nov. 2023.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. Rio de Janeiro: **Revista estudos históricos**, 1989, v. 2, n. 3, p.3-15. Disponível em: https://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf. Acesso em: 10 nov. 2023.

SANTOS, R. M. E. J. **Da falsa ideia de empreendedorismo e autonomia à dura realidade da exploração algorítmica do trabalho de entregadores**. Entrevista especial com Henrique Amorim. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/601363-da-falsa-ideia-de-empreendedorismo-e-autonomia-a-dura-realidade-da-exploracao-algoritmica-do-trabalho-de-entregadores-entrevista-especial-com-henrique-amorim>. Acesso em: 30 nov. 2023.

SEBRAE. **Empreendedorismo Feminino - Sebrae**. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/empreendedorismofeminino>. Acesso em: 3 nov. 2023.

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). *In: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)*. Portal Sebrae: Agência Sebrae, 2023. Disponível em: <https://agenciasebrae.com.br/cultura-empreendedora/brasil-alcanca-marca-historica-de-mulheres-a-frente-de-empreendimentos>. Acessado em 21 fev. 2024.

SILVA, L. F. S.; VIEIRA, V. A.; FAIA, V. S. Fatores determinantes do endividamento e da inadimplência associados à propensão de falência da pessoa física. **Análise - A Revista Acadêmica da FACE**, Porto Alegre, v. 23, n.3, p.207-221, set.-dez., 2012. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/face/article/view/18658/13262>. Acesso em: 18 jul. 2023.

SOUZA, C. G. Mulheres de negócios comandam? Uma análise do discurso a partir do editorial SEBRAE sobre a mulher. **Signum: Estudos da Linguagem**, v. 20, n. 3, p. 213-239, 2017. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/signum/article/view/26495>. Acesso em: 23 out. 2023.

SAUSSURE, F, 1857-1913. **Curso de Linguística Geral.**; organizado por Charles Bally, Albert Sechehaye; com a colaboração de Albert Riedlinger; Prefácio da edição brasileira Isaac Nicolau Salum; tradução de Antônio Ehelini, José Paulo Paes, Izidoro Blikstein. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

UNIVERSIA. **Desalentado, desocupado ou subocupado?** Entenda esses termos. Disponível em: <https://www.universia.net/br/actualidad/empleo/desalentado-desocupado-ou-subocupado-entenda-esses-terminos-1167251.html>. Acesso em: 30 nov. 2023.

Recebido em 28 de abril de 2024.
Aceito em 14 de setembro de 2024.